

# Diário do Legislativo de 04/05/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - 351ª Reunião Ordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.291/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Fábio Avelar, a vigorar a partir de 6/5/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.270, de 27/3/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

| Cargo                                       | Padrão |
|---|--------|
| Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas  | AL-41  |
| Técnico Executivo de Gabinete I - 4 horas   | AL-40  |
| Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas | AL-31  |
| Secretário de Gabinete II - 8 horas         | AL-20  |

Secretário de Gabinete - 8 horas

AL-18

Auxiliar de Gabinete - 4 horas

AL-13

|   |       |
|---|-------|
| Auxiliar de Gabinete - 8 horas                | AL-13 |
| Auxiliar de Gabinete - 8 horas                | AL-13 |
| Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas | AL-12 |
| Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas  | AL-11 |
| Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas    | AL-10 |
| Motorista - 8 horas                           | AL-10 |
| Motorista - 8 horas                           | AL-10 |
| Atendente de Gabinete II - 4 horas            | AL-07 |
| Atendente de Gabinete II - 8 horas            | AL-07 |
| Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas   | AL-03 |
| Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas   | AL-03 |
| Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas   | AL-03 |
| Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas   | AL-03 |
| Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas    | AL-02 |
| Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas      | AL-01 |
| Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas      | AL-01 |
| Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas      | AL-01 |

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.136 a 2.138/2002 - Requerimentos nºs 3.326 a 3.329/2002 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e do Deputado Wanderley Ávila (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Irani Barbosa, Amílcar Martins e Marco Régis - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Leitura de Comunicações - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Irani Barbosa - João Pinto Ribeiro - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Bilac Pinto, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- A Deputada Maria Olívia, 1ª-Secretária "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Martinho Carmona, Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, encaminhando, diante da aprovação de requerimento do Deputado Cláudio Almeida, voto de pesar pelo falecimento do Pe. José Tobias Zico, ocorrido em 9/2/2002, nesta Capital.

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, acusando o recebimento do Requerimento nº 3.207/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, sobre o qual deixa de se manifestar por entender que a matéria - elaboração de estudos visando à concessão de aumento para os servidores do magistério - extrapola a competência desse órgão.

Do Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas, informando, em atenção ao Requerimento nº 2.919/2001, da Comissão de Transporte (encascalhamento de trechos de estradas no Município de Japonvar), que o DER-MG não tem condições de realizar a obra por administração direta.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário de Governo e Assuntos Municipais, encaminhando, em atenção a pedidos de diligência, documentação relativa aos Projetos de Lei nºs 407/99, 1.071/2000, 1.813/2001, 1.981 e 1.987/2002. (- Anexem-se os documentos aos respectivos projetos.)

Do Sr. Eudoro Santana, Deputado à Assembléia Legislativa do Ceará, encaminhando manifesto contra a extinção da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - e solicitando apoio a essa luta. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. João Francisco Dias, Presidente da Câmara Municipal de Caxambu, confirmando a inscrição daquela Casa no I Concurso Estadual de Sites sobre Turismo em Minas Gerais.

Do Sr. Ivon Borges Martins, Presidente da Federação Estadual do Meio Ambiente, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 2.995/2001, da Comissão de Direitos Humanos. (- Anexe-se ao Requerimento nº 2.995/2001.)

Do Sr. Paulino Cícero de Vasconcelos, Presidente da RURALMINAS, encaminhando a relação dos processos rurais a serem escriturados administrativamente por aquela fundação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. David Márcio Santos Rodrigues, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 3.252/2002, da Comissão de Assuntos Municipais. (- Anexe-se ao Requerimento nº 3.252/2002.)

Do Sr. Tarcísio Andrade Neves, Superintendente de Relacionamento Comercial da CEMIG, encaminhando informações relativas ao escritório regional da CEMIG em Ipatinga. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhando, em atenção ao Requerimento nº 3.061/2001, da Comissão de Direitos Humanos, cópia da Resposta do Promotor de Justiça da Comarca de Peçanha a respeito da inclusão de vítimas de tentativas de homicídio no PROVITA.

Do Sr. Expedito de Castro Ferreira, Secretário Adjunto da Habitação, encaminhando o "Relatório de Atividades 2001", referente às ações da Secretaria da Habitação e da COHAB-MG. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Otávio Lomônaco, Juiz de Direito, comunicando a existência de processo de reintegração de posse movido pelo Município de Carmo da Mata contra integrantes do MST. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Adilson Lamounier, Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, solicitando o envio de cópia da conclusão das investigações sobre reajuste de preços de serviços cartoriais. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Evilázio Teubner Ferreira, Secretário Municipal de Saúde, prestando informações a respeito da limpeza de imóveis e do tratamento de água, em atenção ao Requerimento nº 3.199/2002, do Deputado Hely Tarquínio.

Do Sr. Félix de Sousa Araújo Sobrinho, Secretário Legislativo da Assembléia Legislativa da Paraíba, encaminhando cópias de instrumentos normativos que versam sobre a participação da sociedade civil na esfera do Poder Legislativo e solicitando o encaminhamento de iniciativas desta Casa com o mesmo propósito.

Do Sr. Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador do Estado, em atenção ao Requerimento nº 3.190/2002, da Comissão de Transporte, encaminhando cópia da resposta enviada pela Secretaria dos Transportes em atendimento ao referido requerimento.

Do Sr. Geraldo Magela da Silva, Presidente da Federação das Cooperativas de Trabalho de Minas Gerais, manifestando indignação pela forma como as cooperativas do trabalho mineiras vêm sendo tratadas por fiscais do Ministério do Trabalho, por Juizes do Trabalho e por Promotores do Ministério do Trabalho. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Josué Florentino da Silva, Presidente do Movimento Estudantil Nacional Unificado, denunciando as dificuldades por que passa a referida entidade para exercer seus trabalhos. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Fernando de Araújo de Arães, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, dando ciência à Casa da nova composição da Mesa diretora do referido Conselho.

Do Sr. José Nilo de Castro, Presidente do Instituto de Direito Municipal, agradecendo a participação desta Casa na realização do 1º Congresso Mineiro de Direito Municipal. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. João Batista Ferreira, apresentando denúncia de prostituição de menores. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 2.136/2002

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iapu - APAE -, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iapu - APAE -, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2002.

Djalma Diniz

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iapu - APAE - tem por finalidade promover ações e serviços filantrópicos que possibilitem, principalmente, a assistência às crianças, aos jovens e aos adultos excepcionais no âmbito do Município de Iapu, promovendo o ajustamento e o bem-estar, bem como integração de pais, amigos ou responsáveis e a divulgação de informações sobre pessoa que se diferencia do nível médio dos indivíduos, no que se refere a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir atendimento com referência a sua educação, desenvolvimento e integração social.

Satisfazendo a referida entidade os requisitos legais de funcionamento, espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.137/2002

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres, com sede em Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2002.

Luiz Menezes

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 19/12/82, tendo como finalidade obter melhorias na comunidade e proporcionar melhores condições de vida para os moradores que ali vivem, estimulando o desenvolvimento cultural e educacional de todos. A Associação zela pela saúde, pela educação e pelos direitos de todos, fazendo com que tenham amparo nos momentos de necessidade; implementa atividades que desenvolvem o espírito humanitário, como cursos, palestras e conferências; e promove atividades que desenvolvem o sentido de coletividade das pessoas, como as esportivas e de lazer. Reveste-se, assim, de grande importância e relevância social.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.138/2002

Declara de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública de Tupaciguara, com sede no Município de Tupaciguara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública de Tupaciguara, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2002.

Sargento Rodrigues

Justificação: A entidade para a qual propomos a declaração de utilidade pública tem por finalidade desenvolver, junto à comunidade local, projetos sociais e preventivos que auxiliem órgãos competentes, com estudos e sugestões, a obter maior eficácia operacional da segurança pública. A entidade atende aos requisitos para a declaração da utilidade pública e, portanto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.326/2002, do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando seja formulada manifestação de congratulações com o 2º-Sargento PM reformado Henrique Rodrigues de Oliveira pela comemoração de seus 101 anos de idade. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.327/2002, da Comissão Especial da Prostituição Infantil, solicitando seja pedida ao Secretário da Segurança Pública cópia dos inquéritos policiais que menciona.

Nº 3.328/2002, da Comissão Especial da Prostituição Infantil, solicitando seja pedida ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado cópia dos inquéritos policiais que menciona.

Nº 3.329/2002, do Deputado Irani Barbosa, solicitando seja enviado ao Presidente da CEMIG pedido de informações sobre a origem orçamentária dos recursos utilizados na compra da participação acionária na empresa Infovia S.A. e pedido de remessa dos documentos que menciona. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e do Deputado Wanderley Ávila (2).

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Irani Barbosa, Amilcar Martins e Marco Régis proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

## Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

## Decisão da Presidência

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 3.302/2002 ao Requerimento nº 3.301/2002, ambos da Comissão de Transporte, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembléia, 2 de maio de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, no exercício da Presidência.

## Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Assuntos Municipais - aprovação, na 89ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 3.257 a 3.259/2002, do Deputado Arlen Santiago. (Ciente. Publique-se.)

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 7/5/2002.).

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 7/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.926/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.815/2001, do Deputado Fábio Avelar; 1.887/2001, do Deputado Amilcar Martins; 2.023/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.036/2002, do Deputado João Leite; 2.040/2002, do Deputado Rêmoló Aloise; 2.041/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.044/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.046/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.047/2002, da Deputada Maria José Haueisen; 2.051/2002, do Deputado Durval Ângelo; 2.052/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.054/2002, do Deputado José Henrique; 2.075, 2.076 e 2.077/2002, do Deputado Antônio Andrade; 2.086/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 14h30min do dia 7/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Wolfgang Jorge Coelho, Presidente da Associação dos Notários e Registradores de Minas Gerais - ANOREG-MG, e Luiz Carlos Gonçalo Eloi, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Lista de Assinantes

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Agostinho Silveira, Arlen Santiago e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir os Srs. Milton Luiz Kalmanson, Sócio Diretor, e Hélio Estrella, Diretor da Telelista do Rio de Janeiro, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dilzon Melo, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 7/5/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir convidados para obter informações sobre o contrato firmado entre o DER-MG e a ADTER, os serviços prestados pela ADTER e as auditorias realizadas pelo Ministério da Fazenda nas obras da BR-381, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, e Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Dilzon Melo, Dinis Pinheiro, Edson Rezende, Luiz Menezes e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2002, às 10 horas, no Fórum da Comarca de Juiz de Fora, com a finalidade de se ouvirem depoimentos dos Srs. José Armando Pinheiro da Silveira, Juiz; Otônio Ribeiro Furtado, Promotor; Denilson Crosato Alves, Cristino Domingos Ribeiro e Eurico da Cunha Neto, Delegados; João Otaviano Miranda, Luiz Alexandre Veloso Botelho Moreira e Ubirajara de Aquino Matos, servidores públicos; e do sentenciado Fabrício Luiz Magalhães.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2002.

Ermano Batista, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Pinto Ribeiro, Elbe Brandão, Márcio Kangussu e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2002, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar audiência pública no Plenário da Câmara Municipal de Carangola, para debater a situação da prostituição infantil no Estado. Convidados: Sras. Rosângela Fátima de Freitas, Juíza da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Carangola; Daniele Guimarães Germano Arlé, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Carangola; Srs. José Mauro Pereira Lima, Promotor de Justiça da 1ª Vara da Comarca de Carangola; Antônio Luz Viana, Presidente do Conselho Tutelar de Carangola; Maj. Carlos Augusto de Assis, Comandante da 75ª Companhia Especial de Polícia Militar de Carangola - 11º Batalhão; Gilberto Nascimento Dantas, Delegado de Polícia de Carangola; Maria Angélica Leite, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Maria das Graças Cunha Gonçalves, Coordenadora da Pastoral da Criança na Forania de Carangola, e Maria das Graças Souza Alves, Coordenadora da Pastoral da Criança da Paróquia de Santa Luzia em Carangola.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2002.

Rogério Correia, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.019/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

A proposição em tela, de autoria do Deputado Ivo José, pretende seja declarada de utilidade pública a Comunidade Espírita Joanna de Ângelis - CEJA -, com sede no Município de Ipatinga.

Após o exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comunidade Espírita Joanna de Ângelis tem por objetivo primordial estudar, praticar e divulgar a doutrina espírita, codificada por Allan Kardec, nos aspectos filosófico, científico e religioso. Para a consecução dos seus objetivos, promove reuniões doutrinárias, estimula pesquisas em sua área de atuação e colabora com entidades afins, prestando serviços de assistência social.

Justa e meritória se torna, portanto, a declaração de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.019/2002 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2002.

José Henrique, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.034/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado João Leite, a proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alvorada, com sede no Município de Divinópolis.

Após publicação, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade em apreço tem por objetivo maior a promoção do desenvolvimento da comunidade, visando a satisfazer suas necessidades básicas.

Entre tais necessidades, a proteção à saúde ocupa lugar de destaque, e os seus dirigentes envidam esforços para sensibilizar o poder público na implantação de serviços e programas que visem a atender, principalmente, às crianças e aos idosos.

A entidade estimula também o convívio entre os moradores, promovendo atividades de integração e sociabilização.

Diante de tais considerações, julgamos meritório outorgar o título declaratório de utilidade pública à Associação dos Moradores do Bairro Alvorada.

#### Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.034/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2002.

Djalma Diniz, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.035/2002

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

#### Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei sob comento visa declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Divinópolis - CDL/Div. -, com sede no mesmo município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 102, XIII, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Divinópolis é uma sociedade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a aproximação entre dirigentes de empresas varejistas, visando estreitar o companheirismo e a colaboração recíproca. Propicia a troca de informações e idéias, promove a conscientização da comunidade acerca dos serviços prestados pelas empresas do varejo, incentivando, inclusive, a expansão do movimento lojista.

Pelos princípios que norteiam a entidade, ela se torna merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões aludidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.035/2002 com a Emenda nº 1, formulada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2002.

Pastor George, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.037/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.037/2002, de autoria do Deputado Márcio Kangussu, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Getúlio Vargas - ACBGV -, com sede no Município de Pedra Azul.

Após ser examinada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Comunitária do Bairro Getúlio Vargas - ACBGV - é uma entidade de natureza civil sem fins lucrativos que tem por finalidade precípua desenvolver atividades assistenciais e filantrópicas. Seu caráter beneficente é evidenciado, sobretudo, por trabalhar pelo desenvolvimento e pelo bem-estar dos moradores do Bairro Getúlio Vargas e adjacências, proporcionando aos seus associados apoio financeiro e assistência social. Também implementa ações visando a combater a fome e a pobreza.

O meritório trabalho que a entidade empreende nos leva a desejar conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.037/2002 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2002.

Djalma Diniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.039/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Deputado Paulo Pettersen, por meio do Projeto de Lei nº 2.039/2002, pretende seja declarada de utilidade pública a Guarda Mirim de Coronel Fabriciano - GMCel -, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Guarda Mirim de Coronel Fabriciano é uma sociedade civil e filantrópica destinada a acolher jovens entre 7 e 18 anos de idade, motivando-os a praticar o bem. Por outro lado, oferece-lhes cursos profissionalizantes e palestras, preparando-os para a vida profissional.

O objetivo da entidade é oferecer oportunidades aos jovens, apartando-os do vício e da ociosidade, valorizando-os e tornando-os úteis à comunidade, dando-lhes condições de iniciar-se em seu primeiro emprego.

O importante trabalho que a Guarda Mirim desenvolve nos leva a concordar em se lhe conceder o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.039/2002 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2002.

Djalma Diniz, relator.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 2/5/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila (2), dando ciência a Casa do falecimento do Sr. Sebastião Avelino Moreira, ocorrido em 26/4/2002, em Caeté, e

do Sr. Elder Pereira Santos, ocorrido em 27/4/2002, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/4/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.249, 2.270, 2.291, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando, a partir de 6/5/2002, Carlos Faria de Azevedo Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 6/5/2002, Mauro Andrade Rosa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando João Bosco Brito Negreiros para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Mauro Andrade Rosa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando, a partir de 6/5/2002, Júlio César Reis do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas;

exonerando, a partir de 6/5/2002, Moisés Alexandre dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando, a partir de 6/5/2002, Natanael Vitor de Alcântara do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 6/5/2002, Raquel de Sousa Freitas do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Cleber Carvalho de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Júlio César Reis para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Moisés Alexandre dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Natanael Vitor de Alcântara para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Nicolau do Carmo Nunes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Raquel de Sousa Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eletroneuromiografia Manoel Villarroel Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do contrato. Vigência: a partir da assinatura.